

SEM SAÚDE ORAL, NÃO HÁ SAÚDE GERAL.



A TODOS OS CANDIDATOS À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

É fundamental que numa altura em que se começam a discutir os programas dos partidos que concorrem às eleições legislativas, estes apresentem soluções conducentes a corrigir a situação atual, que exclui uma grande parte da população dos cuidados de saúde oral.

Quando o Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi criado em 1979 deixou de fora a saúde oral. Infelizmente, o Estado Português não criou até hoje condições para que este problema tivesse uma resposta integrada.

Dispomos hoje de uma medicina dentária que atingiu um nível científico e profissional que a coloca a par das mais evoluídas do mundo. Fruto do empreendedorismo dos médicos dentistas foi sendo criada uma rede de consultórios dentários privados, mais de 5 mil, que cobrem integralmente o território nacional.

A Organização Mundial da Saúde referencia de há muito a relação entre a saúde oral e a saúde em geral. Particularmente entre a cárie dentária, a doença periodontal (das gengivas) e as doenças crónicas como diabetes, doenças cerebrovasculares, doenças respiratórias e cancro.

Uma política que separa a saúde oral da saúde no seu todo acarreta enormes custos para os indivíduos, mas também para o Estado.

A Ordem dos Médicos Dentistas apresenta, desde já, algumas propostas para dois desafios essenciais:

1. Acessibilidade da população à medicina dentária:

O Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral, que atribui o cheque-dentista, tem sido de enorme importância, em especial para grávidas, crianças e adolescentes.

Urge, no entanto, para uma resposta integrada em termos de saúde pública:

- alargar o cheque-dentista aos jovens até aos 18 anos;
- incluir neste programa os diabéticos;
- garantir aos desdentados totais próteses no âmbito do cheque-dentista;
- implementar um cheque-dentista "urgência" para dar resposta às situações de dor e trauma dentário.

Para a população em geral, grandemente desprotegida no apoio à saúde oral:

- estabelecer uma convenção entre o SNS e a rede de consultórios para comparticipação de tratamentos;
- inserir médicos dentistas nos centros de saúde no âmbito dos cuidados de saúde primários;
- integrar médicos dentistas nos hospitais do SNS para assegurar o tratamento da população hospitalizada, vítimas de acidentes e pacientes especiais.

2. Formação e qualificação dos médicos dentistas:

- adequar a formação em medicina dentária às necessidades reais do país. Com a contribuição dos ministérios da saúde, da educação e das faculdades evitaríamos que se formem médicos dentistas sem ter em conta a empregabilidade que Portugal oferece, deixando a estes como principais saídas profissionais a emigração e o subemprego;
- em alternativa, estimular a formação pós-graduada e a formação para as especialidades, adaptando-as às solicitações da nossa sociedade e às necessidades de formação contínua dos médicos dentistas.

Os portugueses encontram na Ordem dos Médicos Dentistas, no âmbito das suas competências, e nos médicos dentistas um grupo profissional unido, mobilizado e disposto a continuar a contribuir ativamente para que Portugal tenha um sistema de saúde verdadeiramente universal e integral.

Orlando Monteiro da Silva
Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas